

PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Director: Samuel Thirion

Nº 26 | Janeiro 2002 | Preço: 1 Euro

A Educação e o Desenvolvimento Local

Caderno temático inserido neste número



Foto: Joana Neves | Isto é

P4 a P7 Actividades da Célula | P 8 e 9 Lugares | P12 e 13 Pessoas | P14 e 15 Cooperação

Este número do jornal Pessoas e Lugares é o último da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II. Produzido no final de 2001, sai com a data de Janeiro de 2002. Cumprindo a sua finalidade habitual de dar conta das actividades da Célula e da rede durante o último mês e de ser, como sempre, um jornal de opinião e de divulgação de pessoas e lugares do mundo rural, este número tem também um objectivo de conclusão. Por isso, aborda a questão da continuidade dos produtos e serviços que resultaram das actividades da Célula de Animação durante os seus quase três anos de existência, nomeadamente o próprio jornal Pessoas e Lugares.

Dar continuidade aos produtos e serviços que resultaram das actividades da Célula de Animação LEADER II

Em 31 de Dezembro de 2001 acabam as actividades da Célula de Animação da Rede LEADER II, iniciadas em Março de 1999. Estes quase três anos de actividades levaram à produção de uma quantidade apreciável de produtos e serviços. Analisando os diversos elementos deste capital hoje existente, os participantes do último Encontro Nacional da rede LEADER, reunidos em Faro em 5 de Dezembro, foram unânimes em confirmar o seu interesse e afirmar a necessidade da sua continuidade (ver artigo sobre o Encontro neste número do Jornal).

Ora o problema da continuidade coloca-se de maneira diferente de acordo com os produtos e serviços disponíveis neste momento:

Os produtos

— Há, por um lado, os produtos que se encontram completamente elaborados e são utilizáveis na sua forma actual, como é o caso dos cadernos temáticos, do **repertório das mulheres** e dos programas de rádio. Estes produtos ficam à disposição das ADL e dos técnicos e podem servir de referência para outros produtos deste tipo. Aqui, o que importa fazer é actuar na divulgação. Nomeadamente, no que diz respeito aos **cadernos temáticos** que são o resultado de todo o processo de animação desenvolvido durante estes três anos, muitos dos quais foram elaborados durante o último semestre de 2001. Daí não ter sido possível assegurar a sua completa distribuição antes do final do ano. Além do caderno temático sobre a educação e desenvolvimento local, que se encontra inserido neste número, ficam quatro cadernos por distribuir. Mantendo a ideia da sua distribuição com o jornal Pessoas e Lugares, acordou-se com a DGDR que serão distribuídos ao longo de 2002, com uma periodicidade trimestral.

Para além disso, haverá também uma publicação conjunta dos 16 cadernos temáticos da Célula de Animação LEADER II. Cobrindo os principais temas do desenvolvimento local em meio rural, este conjunto de cadernos temáticos poderá constituir uma referência para futuros aprofundamentos sobre os mesmos temas ou temas complementares.

De igual modo, os 21 **programas de rádio** produzidos ao longo destes três anos são objecto agora de uma publicação sob a forma de um pacote de 3 CD divulgados ao nível das rádios em todo o território nacional.

— Outros produtos também se encontram finalizados mas vão necessitar de uma reactualização no quadro do LEADER +. É, nomeadamente, o caso da **exposição itinerante** que será conservada no seu estado actual, ficando à disposição de quem a solicitar, até uma futura reactualização. Neste caso se encontra também o **site WEB** da Célula de Animação LEADER II, que se vai manter disponível online até à sua futura transferência para um site próprio do LEADER +, da responsabilidade da DGDR.

— Alguns produtos não estão completamente finalizados, inscrevendo-se num processo de capitalização metodológico a longo prazo. É o caso dos três **métodos SAP, SEP e SIP**, produzidos sucessivamente ao longo destes anos e que constituem hoje o **kit metodológico da animação territorial**. Por falta de tempo não foi possível completar totalmente este processo até ao final de 2001, nomeadamente realizar o seminário de apresentação do método SIP, inicialmente previsto para 18 de Dezembro (ver número anterior do PL). Um problema fica, assim, em aberto para o LEADER +, conscientes que estamos em que o trabalho realizado pode ser um bom contributo para o sistema de acompanhamento desta iniciativa, tanto a nível local como a nível nacional. Para além da apresentação e finalização do SIP, a existência deste kit abre várias perspectivas de valorização, tanto a nível nacional como noutras regiões ou países da Europa, onde estes métodos já passaram a ser uma referência. É possível imaginar novas evoluções e adaptações que vão ao encontro de uma melhor articulação entre os níveis local, nacional e europeu e da ideia da avaliação ascendente do LEADER, que se afirma progressivamente a nível europeu.

Os serviços

— Em termos de serviços há, por um lado, os serviços que hoje funcionam de uma maneira corrente, como é o caso do **Centro de Recursos para o Desenvolvimento Local**. Integrando o Fundo de Documentação lançado em 1999, assim como o Centro de Documentação e Informação lançado em 2000, este Centro de Recursos é hoje uma base essencial para pôr à disposição das ADL e dos técnicos de desenvolvimento local todos os recursos acumulados ao longo dos três anos de actividade da Célula (documentação LEADER, documentação temática, fotografias, artigos, etc.). Ao contrário do Centro de Documentação e Informação, o Centro de Recursos assegura uma prestação de serviços personalizada, como é o caso das **newsletter temáticas**, lançadas neste último semestre. Consciente da importância deste tipo de serviços para os técnicos de desenvolvimento local e as ADL, a INDE procurará assegurar a sua continuidade e o seu desenvolvimento de uma forma aberta e diversificada, que poderá ultrapassar o quadro do LEADER para ser, de uma maneira mais geral, um serviço de apoio ao desenvolvimento local (rural e urbano).

— Também em termos de serviços há que referir a **bolsa de experiências e os centros de competência**. Lançados no último semestre de actividade da Célula de Animação, essas acções estão ainda na fase inicial de experimentação, necessitando de um trabalho de aprofundamento para poder ser concretizados e valorizados. Contudo, a continuidade deste processo é tanto mais importante quanto poderá ser um elemento chave para a consolidação de uma rede de desenvolvimento rural

no futuro, nomeadamente para concretizar a ideia de uma rede multicêntrica (ver Pessoas e Lugares nº 20 de Junho 2001 e as conclusões do Encontro Nacional do Porto no nº 21).

— Finalmente o próprio **Jornal Pessoas e Lugares** representa um capital de organização, de imagem e de reconhecimento adquiridos ao longo de dois anos e meio de funcionamento, que justifica a sua continuidade. Nesta perspectiva, como foi já referido no Encontro Nacional de Faro, de acordo e em parceria com a DGDR, a sua continuidade será assegurada após este número, mantendo a forma actual, mas procurando reforçar o objectivo de promoção do mundo rural e do Programa LEADER, nomeadamente junto da população urbana. Isso implica o lançamento de uma nova série, a iniciar no primeiro semestre de 2002. Assim, a partir dessa data, o **Jornal Pessoas e Lugares** deixará de ser o jornal de animação da rede portuguesa LEADER II para passar a ser o jornal de animação da rede LEADER +.

Assim a continuidade dos principais produtos e serviços elaborados no quadro das actividades da Célula de Animação da Rede LEADER II será assegurada de maneira diferenciada segundo a sua natureza e o tipo de necessidade e do público alvo. Sem poder ainda definir de maneira precisa e concreta a forma de continuidade para todos estes produtos e serviços, um processo está agora em curso para encontrar, caso a caso, as modalidades mais pertinentes da sua valorização e que se tornem mais interessantes para a rede LEADER e para os actores do desenvolvimento local. É esta a perspectiva assumida pela INDE e trabalharemos nos próximos tempos, já não como Célula de Animação mas sim como parceiros das ADL, da rede LEADER e do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, para a afirmação e consolidação do desenvolvimento local sustentável em meio rural.

Concluindo este último "a Abrir" do Jornal de Animação da Rede LEADER II, queria mais uma vez agradecer calorosamente, em nome de toda a equipa da Célula de Animação LEADER II e da INDE, a colaboração de todas as ADL e dos seus técnicos, assim como dos responsáveis e técnicos da DGDR/CNG e das DRA e, principalmente, de todas as pessoas que mais se empenharam neste trabalho de reflexão-acção colectivo para a construção de uma rede do desenvolvimento rural a nível nacional. Temos a noção que se trata de um processo que ultrapassa de longe o limite dos três anos já passados e que o caminho a percorrer é ainda grande e penoso. Mas estamos certos de que o contributo da animação nacional no LEADER II e os seus produtos e serviços são uma pedra essencial neste processo, que convém preservar, aprofundar e fazer frutificar.

Samuel Thirion

Parceiros&parcerias [4]

[4] FUNCIONAMENTO E CUSTOS DAS PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM "PDL" LEADER.

Parceiros & Parcerias.

Este é o quarto artigo sobre o tema. Por agora, para a incerteza sobre o rumo editorial deste jornal a partir do próximo número. Seja ele qual for, pensamos ser útil continuar a reflectir e, se possível, polemizar sobre as ideias e as práticas que, embora pouco teorizadas, sustentam as dinâmicas do Desenvolvimento Local em Portugal.

A todas e todos com os quais tive o privilégio de trabalhar durante a vigência do LEADER II, solidariamente desejo que continuem a contribuir, se possível com mais empenho, para a construção de Sociedades mais equitativas e solidárias através das práticas de DL.

Em especial o meu agradecimento àqueles que, discordando das minhas opiniões ou métodos, se deram ao incómodo de pensar para poder fundamentar e defender as suas próprias ideias, eles sim, protagonistas principais da evolução conseguida.

Que em 2002 reine a tranquilidade nas vossas consciências e muita paz e alegria nos vossos corações.

Nesta última reflexão sobre o tema das "parcerias" tentaremos deter-nos muito mais sobre as questões relacionadas com as dificuldades e custos de funcionamento das Parcerias Locais LEADER, tomando por referência as parcerias tal como elas têm sido maioritariamente concebidas pelas ADL, gestoras do LEADER I e II, e se anunciam na generalidade para o LEADER +.

De início recordemos uma vez mais o ponto 8 da Comunicação aos Estados Membros, sobre os Objectivos do LEADER +.

— A nova iniciativa visa complementar os Programas de «mainstream» e encorajar as parcerias activas operando à escala local, na implementação das acções integradas por si concebidas.

— O LEADER+ terá por objectivo incitar e sustentar os actores locais a reflectir sobre o potencial do seu território, numa perspectiva de mais longo prazo.

— Visa ainda encorajar a concepção e implementação de estratégias originais de desenvolvimento durável e integrado, de grande qualidade, tendo por objecto a experimentação de novas formas de:

— Valorização do património natural e cultural,
— Reforço do meio económico a fim de contribuir para a criação de empregos

— Melhorar a capacidade organizativa da sua comunidade.

Para além destes objectivos específicos para o LEADER+, todos os textos relativos às normas de candidatura e operacionalização dos diferentes "PIC - Programas de Iniciativa Comunitária", têm vindo a insistir com veemência na necessidade de trabalhar em parceria (as) o mais abrangentes possível.

No caso do LEADER +, (como nos anteriores) os GRUPOS LOCAIS - "GAL" gestores dum Plano de Desenvolvimento Local são, na generalidade, dirigidos e administrados pelas Direcções das respectivas Associações de Desenvolvimento Local.

Ora... na prática, a maioria destas Associações não têm mais de uma dúzia de associados, (embora o número formal de associados nada signifique em termos de participação efectiva) em que o poder formal de decisão é "guardado" por três a cinco (quando muito) directores. Porém, o poder efectivo está quase sempre nas mãos do chamado coordenador do Programa, sendo por vezes bem repartido pelos diferentes membros da denominada equipa técnica (por vezes, mas poucas).

Da personalidade e competências do "Coordenador" - (é a prática que o demonstra)- depende essencialmente a existência ou não de trabalho em parceria, democraticidade de procedimentos internos, correspondência entre aquilo que se prega para o exterior e aquilo que se pratica - não só com aquilo que se pratica...também e essencialmente, pela pedagogia exercida, "com aquilo que se é"!

Normalmente, os Directores querem ter como coordenadores técnicos/pessoas da sua confiança, para poderem delegar o mais possível, o que se compreende. Os coordenadores, por sua vez, quase sempre mais especificamente preparados para as questões do DL que os próprios directores, usam das suas competências para organizar as coisas de forma a evitar o mínimo possível de

interferências...(porque o tempo é curto e não podemos passar o tempo a discutir com quem até nem percebe nada disto).

Num contexto onde o trabalho em parceria ainda é tido como factor complicativo e retardador do ritmo de execução, como inimigo da produtividade, como causador de exclusão por nos diminuir a competitividade: o ritmo de execução acaba sempre por se sobrepor à valorização das práticas democráticas. A quantidade gerada sobrepondo-se à natureza e ao valor da produção em felicidade e alegria para os Homens.

Claro que esta é uma das contradições maiores do nosso tempo. É geral! Quase que nos querem fazer crer, por eufemismos untuosos e mais ou menos doces (para melhor os engolirmos...nota-se), que quanto mais democrático for o procedimento, menos competitivo se torna o produto!

Ajudar a encontrar o caminho para a ultrapassagem dessa contradição talvez seja também um dos grandes desígnios das práticas de D. L.

Entre todos estes condicionalismos e obstáculos de carácter sócio - cultural e económico que dificultam o trabalho em parceria e retardam a evolução social para a democracia participativa, encontra-se o da falta de vontade conseqüente para identificar o "vírus" e declarar-lhe a guerra, apontando-o aos olhos de todos os homens como o GRANDE TERRORISTA das nossas consciências.

Temos (também às vezes) consciência de que a existência de todas essas contradições, de todos esses obstáculos e comportamentos, fundamenta e dá sentido à luta pelo Desenvolvimento Local.

Justificando dessa maneira a necessidade da nossa própria actividade!

Só que por vezes devemos sentir-nos como aqueles soldados a quem mandam para a guerra e pagam o "pré", mas a quem não dão as armas e munições para atacar o inimigo.

Vem isto a propósito dos insistentes pedidos para que os GRUPOS LOCAIS constituam e trabalhem em amplas PARCERIAS, sem dotarem esse trabalho dos meios financeiros adequados.

Uma PARCERIA é uma espécie de PLANTA SOCIAL. Como uma planta vegetal, desde a selecção da semente até à preparação da terra, passando pela: desinfectação, sementeira, adubagens, regas, etc. até à colheita dos primeiros frutos e depois disso se quisermos continuar a colher; temos de tratar dela em permanência, cuidar dela para que não seque ou seja atacada por alguma praga!

Uma PARCERIA nunca está acabada, feita, o trabalho de identificação de parceiros, de harmonização permanente de interesses, de renovação constante, de motivação para a acção em busca dos objectivos etc., tal como em relação à planta, tem de ser constante, atento, persistente extremamente paciente.

Sem cobertura financeira específica para pagar este trabalho, como podem os grupos locais lançar mãos a uma tal tarefa?

Pelos parâmetros indicativos que conhecemos, os GRUPOS LOCAIS gestores do LEADER +, poderão contar com aproximadamente 10 / 12.000 euros mensais para cobrir todas as suas despesas de funcionamento, isto mais coisa menos coisa.

Com esta verba devem pagar os salários do seu pessoal técnico e administrativo, transportes e deslocações dentro de áreas por vezes superio-

res a 1.500 km2 com mais de 80 e 100 Freguesias, todas as outras despesas de carácter administrativo e logístico e, ainda, animar, dinamizar, coordenar amplas parcerias representativas das "forças vivas do seu território"!

Apenas para que se possa ter alguma referência vejamos:

Se admitirmos que por PARCERIA entendemos um conjunto de indivíduos ou instituições que se juntam com os mesmos objectivos, podemos, embora com larguíssimas margens de diferenciação, equiparar a União Europeia a uma PARCERIA de estados com 377 milhões de habitantes.

Esta PARCERIA, para o seu funcionamento interno, orçamentou para o ano de 2002 a quantia de 4.700 milhões de Euros, o que vem a dar qualquer coisa como 12 euros por cidadão.

Para as PARCERIAS que se desejam para os territórios LEADER, se tivermos em consideração uma média baixa de 60.000 pessoas por zona de intervenção, os GRUPOS LOCAIS poderão dispor de qualquer coisa como 0,85 centimos de euro por pessoa!

O argumento de que compete aos membros da parceria contribuir para potenciar e melhorar as condições e competências de trabalho da parceria, poderia fazer algum sentido se tivesse existido durante um ano ou dois a cobertura financeira necessária à mobilização, esclarecimento e mobilização dos agentes do território e, o que é MUITO MAIS IMPORTANTE, a definição clara de um quadro evolutivo e normalizado de responsabilidades territoriais em relação à aplicação de iniciativas e programas de D. L., garantindo estabilidade suficiente para não ficar à mercê das alternâncias político - partidárias.

Um dos paradoxos maiores desta situação, encontra-se no caso de um GRUPO LOCAL querer constituir as tais alargadas e representativas parcerias. Se pretender dar formação específica aos membros dessas parcerias e se interpretarem essas acções de formação como "aquisição de competências" para o grupo não será elegível!

Faz sentido dizer : - Queremos parcerias com pessoas já preparadas para trabalhar em estruturas democráticas, mas não aceitamos despesas para as preparar? E se houver necessidade disso?

A formação de 100 ou 200 pessoas membros de uma PARCERIA LEADER com efectivo poder de intervenção na gestão do Plano Local é aquisição de competências para o GRUPO LOCAL ou é aquisição de competências para o território em causa?

Nas condições actuais, compreende-se que os GRUPOS LOCAIS façam mais ou menos de conta que correspondem às regras anunciadas, matutando sobre a melhor maneira de as contornar e que os responsáveis pela sua aplicação também optem por mais ou menos fingirem que não compreendem!

Aguardemos que o novo ano nos traga mais clareza de objectivos e mais coerência entre o discurso e a prática...mas se não for melhor, pelo menos que não seja pior... então não é ?

Camilo Mortágua
Alvito, Dezembro de 2001

Integrar a agricultura numa abordagem territorial
Mais um passo para a constituição de uma rede nacional e europeia de experiências nesta área

Seminário da Célula de Animação em Faro

A publicação dos cadernos temáticos "agricultura e desenvolvimento local" foi o ponto de partida de várias iniciativas para afirmar a abordagem territorial da agricultura e para pôr em rede as diversas experiências existentes neste campo. Após o seminário de Vairão em 24 de Setembro (ver Pessoas e Lugares nº 23) a Célula de Animação organizou no dia 5 de Dezembro em Faro, em parceria com a direcção regional de agricultura do Algarve (DRAA) e a associação In Loco, um segundo seminário sobre este tema, que incluiu a apresentação de vários exemplos a nível nacional, nomeadamente no quadro dos planos zonais.

Após Vairão, Faro...

No seminário de Vairão em 24 de Setembro, organizado em parceria com a Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro-e-Minho e na sequência da publicação dos cadernos temáticos sobre agricultura e desenvolvimento local, tinham-se analisado os métodos de abordagem territorial da agricultura de uma forma teórica, com a ilustração do exemplo francês dos CTE e a sua aplicação concreta no Vale de Adour, bem como com a opinião de uma ADL – a Vincentina – sobre o interesse do tema (ver nº 23 do jornal). Contudo, o debate que surgiu neste seminário levou a referir diversas experiências nacionais, no passado e no presente, que se enquadram nesta perspectiva, e evidenciou o interesse em criar ligações e canais de intercâmbio entre as experiências em curso, quer seja a nível nacional ou europeu.

Na sequência dos diversos contactos que nasceram deste primeiro seminário de Vairão, surgiu a ideia de organizar um segundo sobre o mesmo tema na região do Algarve, em parceria com a DRAA e a associação In Loco. Além de permitir o debate encetado noutra região do país, graças ao interesse expresso por essas duas entidades, este novo seminário representou um passo qualitativo em relação a Vairão, pela diversidade dos casos apresentados e relativos a experiências nacionais, para além do exemplo francês do Vale de Adour, trazido de novo a este seminário. E a participação das ADL foi também bastante maior, pelo facto de ter sido organizado conjuntamente com o Encontro Nacional da Rede LEADER II.

Diversidade dos exemplos apresentados

Nos casos concretos que foram apresentados em Faro há a referir, em primeiro lugar, a experiência da In Loco, que desde 1997 está a levar a cabo um trabalho, conjuntamente com a DRAA, em torno da Cabra Algarvia. Etienne Anginot, da In Loco, recordou as diversas etapas deste processo, as inovações introduzidas e as perspectivas futuras. Mostrou nomeadamente como, partindo de uma perspectiva bastante sectorial sobre a Cabra Algarvia, através da instalação de 10 unidades de demonstração e diversas acções e material de divulgação e promoção nas áreas da pastagem, ordenha do leite, queijo e identificação animal, o processo entrou progressivamente numa perspectiva territorial, ligando estas acções com outras intervenções. Evidenciou também as complementaridades entre o financiamento do LEADER e outro tipo de financiamentos, nomeadamente o artigo 8 do FEOGA.

A apresentação do Eng. José Pedro Albuquerque, da Direcção de Florestas da DRAA sobre uma experiência de gestão territorial, com os agricultores e proprietários florestais, para lutar contra os incêndios a nível local na zona de Barranco do Velho (concelho de Loulé), despertou o interesse dos participantes pelos instrumentos que estão a ser utilizados nesta acção, nomeadamente o recurso a um software de tratamento de dados cartográficos que permite elaborar diversos tipos de mapas (meio natural, uso dos solos, corta-fogos, corredores biológicos, etc.) que podem servir de base para a concertação entre os actores locais.

Uma outra experiência de grande interesse que foi apresentada neste seminário é o processo agora iniciado em torno do Plano Zonal do Parque Nacional da Peneda Gerês. Apresentado pelo Eng. Paulo Castro da Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro-e-Minho, este caso é, sem dúvida, uma experiência prometedora em termos de abordagem territorial da agricultura, por várias razões. Por um lado por se tratar de um parque nacional, ou seja, um espaço bem delimitado e relativamente homogêneo com objectivos territoriais próprios, tentando ligar a protecção do meio ambiente com preocupações de desenvolvimento local. Por outro lado pelo facto do Parque do Gerês ser coberto essencialmente por baldios (17 baldios no conjunto, cobrindo cerca de 50.000 ha, ou seja, mais de 70 % da superfície do Parque). Esta situação pode facilitar grandemente a implementação de contratos territoriais, uma vez que o baldio tem um estatuto de exploração agrícola que pertence à comunidade local no seu conjunto. A figura do Plano Zonal do Parque que surge neste momento, abre uma possibilidade interessante neste sentido. O plano zonal permite, de facto, a utilização das medidas agro-ambientais de uma maneira específica para um território, sem ter que responder às condições gerais das medidas agro-ambientais nacionais. Permite assim encontrar uma forma de estabelecer um contrato global entre o Estado e a exploração agrícola (neste caso o baldio) que poderá progressivamente ser alargado a outros aspectos da multifuncionalidade da agricultura. O Eng. Paulo Castro explicou como a DRAEDM está envolvida





neste processo conjuntamente com o Parque.

Finalmente a apresentação do caso do Plano Zonal de Castro Verde feita por Miguel Soares da LPN (Liga para a Protecção da Natureza) veio recordar que a ideia dos planos zonais não é de hoje: esta ONG está envolvida desde 1993 no lançamento de um plano zonal com os agricultores, num projecto visando a protecção de diversos tipos de aves em perigo de extinção, bem como a protecção dos solos e das linhas de água. O projecto foi concretizado com a compra de cinco herdades no quadro do programa LIFE, representando no seu conjunto cerca de 1700 ha. Nestes 1700 ha foram estabelecidos contratos com os agricultores, implicando, além do arrendamento, a elaboração de planos de gestão de acordo com o plano zonal (gestão agrícola, gestão das linhas de água e gestão do património construído). O projecto integra também estudos científicos, nomeadamente sobre o impacto de práticas agrícolas na avifauna, assim como acções de educação ambiental, e foi completado por um programa de ecoturismo (financiado pelo LEADER).

A questão fulcral da implicação dos agricultores

Os debates que decorreram na sequência destas diversas apresentações focalizaram as atenções sobre o problema da participação dos agricultores neste tipo de abordagem, considerada como a questão central e a mais difícil de resolver, havendo sempre o risco de se predefinir projectos muito bem pensados mas que não conseguem despertar o interes-

se dos agricultores e a sua consequente mobilização. A apresentação do caso do Vale de Adour, por Olivier Baccialone do Grupo LEADER SEMADOUR (Sul-Pirinéus, França) foi muito interessante neste aspecto, pela experiência acumulada ao longo de vários anos na procura de soluções para ultrapassar os conflitos de interesses imediatos divergentes e a dificuldade de negociação colectiva entre os agricultores e outros actores locais. Este caso, como os outros apresentados no seminário, demonstram como é essencial um trabalho de animação a nível local e uma metodologia de baixo para cima, permitindo que o projecto nasça da própria concertação entre os actores locais.

Nesta perspectiva, os apoios financeiros são também instrumentos fundamentais para conseguir criar novas convergências de interesses, como o demonstra a experiência francesa (para mais detalhes sobre esta experiência ver o artigo publicado no jornal Pessoas e Lugares nº 23 de Outubro 2001). Deste ponto de vista é determinante a "territorialização" progressiva das ajudas, tanto ao nível das políticas europeias e nacionais (como também dos apoios locais das Câmaras Municipais), sabendo que a introdução da eco-condicionalidade das ajudas poderá ser um elemento chave para permitir a extensão deste tipo de abordagem no futuro.

Construção de uma rede nacional e europeia

Em conclusão, o seminário de Faro demonstrou a diversidade de acções e projectos que hoje se enquadram numa abordagem terri-

torial da agricultura, mesmo a nível nacional. Para além dos outros planos zonais que surgem hoje em diversas zonas protegidas do País (além do Parque do Gerês há hoje 5 outros parques-piloto com propostas de planos zonais nas respectivas direcções regionais de agricultura, que deverão ser aprovados em 2002 e entrar em funcionamento em 2003), existem as acções 7.1 e 8 do Agris, para as quais está a ser apresentado um número crescente de candidaturas, deixando entender que as experiências deste tipo irão provavelmente aumentar significativamente nos próximos tempos.

Esta tendência demonstra a necessidade de dispor de um quadro de referência suficientemente claro para analisar as vantagens e desvantagens de cada metodologia e permitir intercâmbios de experiências, métodos e soluções face à complexidade dos problemas encontrados. O seminário de Faro foi mais um passo neste sentido. A próxima etapa será a de organizar um trabalho em rede mais sistemático, tanto a nível nacional, como a nível europeu. Foi a conclusão a que chegaram os diversos intervenientes, verificando que esta vontade já é partilhada por um número significativo de actores do desenvolvimento rural.

S.T.



V Encontro Nacional da Rede Portuguesa LEADER II

Regresso ao futuro

Que continuidade dar ao trabalho desenvolvido ao longo de quase três anos de actividade da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II? Esta foi a principal questão lançada no V e último Encontro Nacional que decorreu no passado dia 6 de Dezembro, no auditório da Direcção Regional de Agricultura do Algarve, em Faro.

Por ser o último, o V Encontro Nacional da Rede Portuguesa LEADER II teve uma importância acrescida; não só para a Célula de Animação que desta forma encerrou oficialmente as suas actividades, como para toda a rede já que uma nova fase do desenvolvimento rural em Portugal está prestes a arrancar no terreno.

O LEADER+ fez, naturalmente, parte do programa mas a apresentação e discussão dos produtos desenvolvidos pela Célula de Animação e a sua continuidade estiveram no centro dos debates neste último Encontro.

Reflectir colectivamente sobre o interesse e pertinência no futuro dos "produtos" conseguidos ao longo dos quase três anos de actividade da Célula de Animação, e em que medida eles respondem, ou não, aos desafios dos próximos anos foi o convite lançado à cerca de meia centena de técnicos das associações de desenvolvimento local (ADL), da Comissão Nacional de Gestão LEADER, da Direcção Regional de Agricultura do Algarve, e de outras entidades presentes.

Antes e depois da apresentação de cada um dos vários "produtos" da Célula, e sua discussão - numa primeira fase a nível mais restrito (através da constituição de dois grupos de trabalho), depois em plenário - falou-se do LEADER - primeiro do LEADER II, depois do LEADER+.

Do LEADER II

O encerramento do LEADER II já lá vai mas ainda nem tudo está fechado. Os relatórios ainda estão em análise e, por isso, como fez questão de referir o gestor do LEADER II, os dados ainda não são definitivos. Visivelmente satisfeito, Nuno Jordão garantiu que "não há cartões amarelos nem vermelhos" para ninguém e que "estão todos de parabéns".

Medida por medida, fundo por fundo, Nuno Jordão fez o ponto de situação da execução do Programa - demorando-se em mais explicações, aqui e ali, sempre que os números assim o exigiam - acabando por considerar, no final, "que o balanço global é positivo".

No breve período de perguntas e repostas que se seguiu, o gestor do LEADER II adiantou ainda que o processamento dos saldos já está em curso e que, lentamente, as garantias bancárias estão a ser libertadas. Ainda relativamente à execução financeira do Programa Nuno Jordão alertou para a possibilidade de, depois de validadas as contas pela Inspeção-geral das Finanças, alguma ADL ter de devolver dinheiro - uma questão que está a ser tida em conta no pagamento dos saldos e, por isso, mesmo que tal venha a acontecer, as quantias a devolver serão pequenas (na ordem dos dois ou três mil contos).

Dos produtos da Célula

Se bem que conhecidos da maioria, ainda há quem não saiba exactamente o que são, como funcionam e para que servem. Foi precisamente partindo deste pressuposto que a Célula de Animação propôs a apresentação, um a um, dos produtos mais visíveis do trabalho desenvolvido desde que iniciou a sua actividade.

Assim, durante a manhã, foram apresentados o Centro de Recursos, a Bolsa de Experiências, os Métodos SAP, SEP e SIP, os Cadernos Temáticos e os Cd-rom. Recordando, simultaneamente, as razões que levaram à sua criação/edição, os técnicos da Célula de Animação foram unânimes quanto ao papel das ADL na manutenção destes produtos. Ou, por outras palavras, só com "feed back" é que é possível melhorar, aperfeiçoar e devolver com qualidade.

Terminada esta apresentação, e ainda antes do almoço, os participantes foram convidados a formar dois grupos de trabalho para, a nível mais restrito, discutirem sobre o interesse e utilidade destes instrumentos de apoio ao desenvolvimento local.

Animados por técnicos da Célula de Animação, os grupos de trabalho revelaram-se extremamente positivos provocando a discussão não só em torno dos produtos já apresentados como aqueles que o seriam depois de almoço e cuja discussão - devido à falta de tempo - apenas estava prevista em plenário. Foi o caso do Jornal "Pessoas e Lugares", do

Com um gostinho a despedida, um obrigado até soava bem...

Permitam-me estas palavras, as quais proferidas em discurso directo e sem qualquer processo de tratamento ou triagem, não se apresentam com a talvez necessária diplomacia ou -assumo- dose de simpatia e delicadeza.

Colocada esta introdução que vos preparará decerto para uma opinião nua e crua, passo a efectuar uma muito breve avaliação do que eu penso ter sido, em traços assaz largos, a actividade da CAL- Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, os sentimentos (porque falamos de pessoas!) dos seus elementos, o impacto da sua acção e o retorno obtido por parte das ADL. Por inerência terei de abordar os TD (leia-se Técnicos de Desenvolvimento) e a rede de parcerias LEADER existente (em certos aspectos porventura virtual).

A ideia que me subsiste -após 3 anos de trabalho desenvolvido pela Célula e desde o 1º Encontro Nacional realizado em Carcavelos em 1999- é que as actividades propostas não tiveram, não têm eco no seio deste movimento em que nos integramos.

Uma falta de eco demonstrada através de sistemáticas atitudes de indiferença, desinteresse, descrença, descrédito, possivelmente até alguma desconfiança.

Seja pelos motivos que forem - válidos e assumidamente legítimos para cada Adl - a verdade é que um obrigado geral até soava bem.

Até porque afinal foi para nós - técnicos que trabalham num determinado território, ocupados nas suas múltiplas tarefas e funções, enfiados em mil e uma actividades e plataformas de entendimento e concertação, preocupados em conhecer, analisar, criar e agir... - que a Célula foi criada, reunindo um conjunto de pessoas que com experiências diversificadas, diria até preciosas se disponibilizaram para integrar um grupo de apoio ao desenvolvimento do mundo rural. Pessoas que expuseram a sua história de vida em prol do mundo rural, trabalharam ideias, se dedicaram... e acima de tudo colmataram um vazio existente de reflexão e planificação de instrumentos metodológicos de apoio à nossa actividade local.

Aceito a ideia de todos aqueles que contrapõem:

— Que não existiu uma consulta prévia dos anseios e expectativas das ADL;

— Que foi definido um caderno de encargos absolutamente inflexível e que não permitiu adaptabilidade às vontades das Associações;

— Que as metodologias gerais adoptadas não foram as mais adequadas;

— Que o esquema de trabalho imposto foi algo monótono e absolutamente idêntico para todas as ADL e regiões, não estimulando ou inovando;

— Que as ADL foram sobrecarregadas com solicitações constantes com um consequente e excessivo dispêndio de tempo.

— Que etc., etc.

Aceito todas estas questões -e concordo até com algumas- mas a verdade é que a Célula assumiu responsabilidades únicas até então:

— Criou efectivamente espaços de convívio, reflexão e debate entre ADL e sobre temas vitais à actividade destas;

— Criou instrumentos de apoio úteis aos Técnicos e às Associações de Desenvolvimento;

— Possibilitou meios e disponibilizou recursos;

— Intentou a criação de elos entre Associações de Desenvolvimento para o Mundo Rural...

Porventura para a CAL ter um desempenho óptimo estaria nas nossas mãos assumirmos um diálogo mais fluido e uma crítica construtiva, participarmos activa e efectivamente, contrariarmos o instituído com propostas válidas.

E perdoem-me esta quase crueza de expressão, soa-me...

... que afinal nada disto interessa,

... que afinal as pessoas estão, são muito ocupadas para disponibilizar o seu tempo para aprender, reflectir ou simplesmente partilhar,

... que afinal todos já sabem tudo e esse tudo é único... e o melhor e... sobretudo é exclusivamente seu,

... que afinal ainda é um tabu falar de transferibilidade, de parceria, de cooperação ou simplesmente de ligações e laços de trabalho, de companheirismo, de afectividade ou seja lá do que for.

Parece-me que afinal continuamos numa eterna etapa de competitividade, ou melhor, de competição entre Associações e entre regiões e em que cada um já aprendeu tudo o que havia para aprender e se esmera e orgulha por tal.

Para finalizar e porque falamos de pessoas, já agora penso também que as ADL devem um pedido de desculpa aos elementos da CAL sobretudo pelo desencanto... aquele que sinto em cada um dos seus elementos que acreditou, mais do que num mero empreendimento ou etapa de trabalho, num projecto com vida.

Ana Souto Leonardo
Técnica de Desenvolvimento



Site, dos Programas de Rádio e da Exposição Itinerante - os chamados produtos de comunicação e promoção e, talvez por isso mesmo, os mais conhecidos.

Contudo, quer num grupo quer noutra o debate centrou-se em apenas alguns produtos (devido também à falta de tempo) tendo sido a discussão mais viva quando se falou do Centro de Recursos, da Bolsa de Experiências e do Pessoas e Lugares.

Depois do almoço, da apresentação das conclusões de cada um dos dois grupos e da apresentação geral dos produtos de comunicação ficaram algumas ideias para o futuro mas, contrariamente ao que se podia supor, o debate não foi tão animado quanto isso. O silêncio tomou conta da sala e só à custa de algumas "provocações" é que alguns técnicos "ousaram" tomar da palavra acerca das expectativas destes produtos num futuro próximo.

Uma coisa ficou, porém, evidente: a participação de todos será, mais do que nunca, imprescindível. Só assim se poderá pensar na continuidade do trabalho já em curso e na possibilidade de iniciar outros. O futuro está, portanto, nas mãos da Rede LEADER.

Assim pensa também o gestor do LEADER+ que, sobre esta questão, lembrou apenas "não vamos gastar esforços a fazer de novo aquilo que já existe". Luís Duarte, naturalmente, não adiantou muito mais, reafirmando aquilo que já tinha dito: "os produtos são importantes para a rede mas não sei como poderão continuar".

Do LEADER+

Aguardada com muita expectativa, a comunicação do gestor do LEADER+ deixou alguns participantes impacientes - ao ponto de proporem uma alteração ao programa - mas, não obstante, teve lugar, como previsto, no final dos trabalhos.

Luís Duarte propôs uma intervenção em torno de um único ponto: informações. Deixando de lado a veia poética que todos já lhe conhecemos, Luís Duarte, ladeado pelo chefe de projecto (Guilherme Lewes), anunciou as 52 ADL gestoras do

LEADER+; as 48 LEADER II mais quatro: a ADREPS - a Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal, ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, ALENTEJO XXI - Associação de Desenvolvimento Integrado do Meio Rural e as TERRAS DO BAIXO GUADIANA.

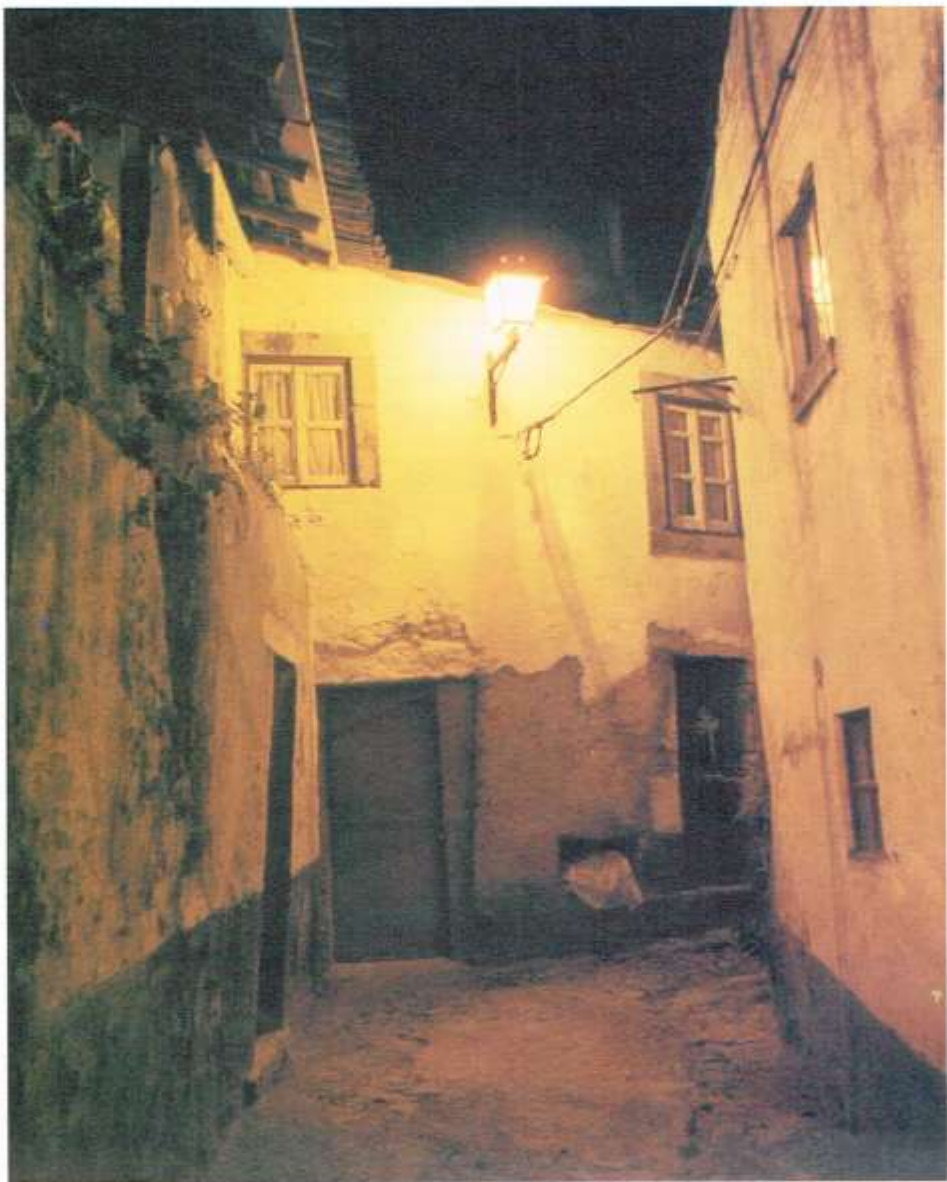
Foram apresentadas 55 candidaturas mas a desclassificação de uma e dois casos de sobreposição de territórios fixou em 52 o número de ADL LEADER+. O próximo passo é a assinatura das convenções. Uma reunião com as 52 ADL, daí a alguns dias, em Santarém, foi anunciada como o primeiro encontro, se bem que a festa do lançamento do LEADER+ - essa terá lugar - mais adiante, num outro momento, em local e data ainda por definir. Para já, "vamos avançar com o Vector 2" - disse a título de "informação de última hora".

Aproveitando a presença de Luís Duarte, os representantes das ADL presentes quiseram ver ainda esclarecidos alguns aspectos técnicos relativos ao Programa; nomeadamente, a questão das elegibilidades - que tanto os preocupa - o adiantamento dos 7% (como previsto) num prazo razoável.

E quando já uma mesa cheia de especialidades gastronómicas algarvias esperava os participantes na cantina da Direcção Regional de Agricultura do Algarve, e o Duo Marafados do Foles se preparava para actuar, Luís Duarte deu por terminado o V e último Encontro Nacional e, neste sentido, também fez questão de deixar uma nota relativamente ao trabalho que a Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II: "o resultado é francamente positivo".

Como poderão as ADL gestoras do LEADER+ tirar partido do trabalho desenvolvido - como os métodos SAP; SEP e SIP, a Bolsa de Experiências, o Centro de Recursos, os Programas de Rádio, o jornal "Pessoas e Lugares" - colocando-o ao serviço das suas estratégias territoriais de desenvolvimento rural, foi a principal questão deste V Encontro e, talvez por isso mesmo - por ser o último - ficou sem resposta...

Paula Matos dos Santos
pmsantos@inde.pt



ENTRE A LOUSÃ E O ZÊZERE

Fotos de João Viola

1. Conheci-o na preparação de um Seminário da Célula, sempre apresentado como um colaborador próximo da Dueceira. Discreto, disponível, colaborante mas um pouco distante num primeiro contacto.

Depois, apreendi no contacto mais próximo a cultura, a alegria e o fino humor sempre presente. No decurso do Seminário de Comunicação e Imagem revelou-se a todos o seu conhecimento da cultura popular e o seu entranhado amor pelo território e pelas pessoas.

2. Nem nos cumprimentámos no decurso de uma inauguração do Festival "Arte em 2 tons". Não por indelicadeza de parte a parte, apenas porque era então um homem totalmente envolvido na organização e na apresentação da sua própria obra. Vi-lhe a pintura e, mais uma vez, lá estava a terra, as raízes, a sua gente.

Deixei-o ao longe, a falar com outros artistas, nesse dia era um homem "importante".

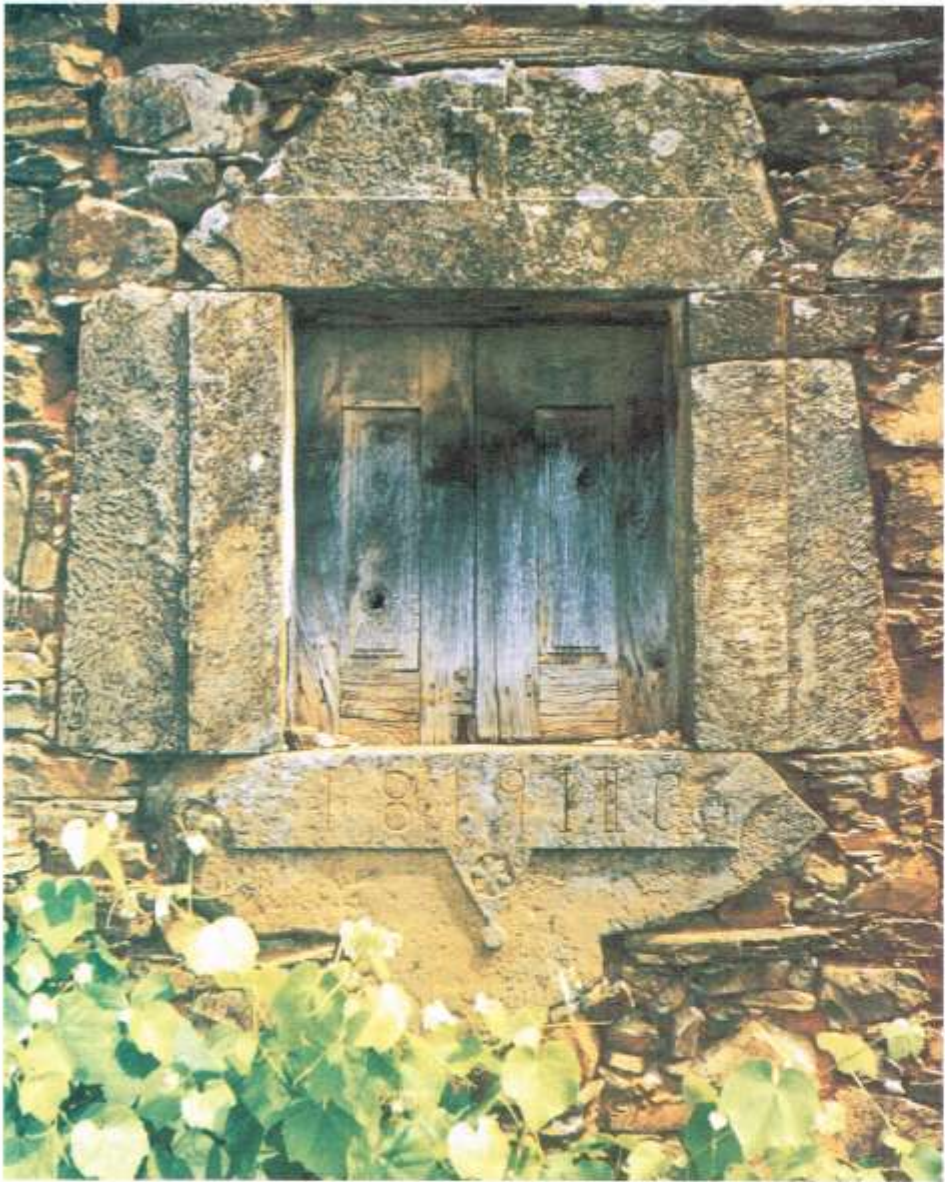
3. Partilhámos um cabrito num Festival das Terras de Sicó. Face a face, em boa companhia, fomos falando de tudo e de todos. Vestia uma roupa prática e umas botas de caminheiro, de percorrer os trilhos da serra. Nesse dia conheci-lhe a faceta de ambientalista e activista associativo e fiquei a saber muito mais da serra de Sicó.

Para todos é o João Viola. De seu nome João Carvalho da Rosa. Para lá de quatro décadas de vida e uma ligação muito próxima com as artes visuais, com as quais exprime o seu amor pela terra e pelas gentes.

À Dueceira tem entregue os seus conhecimentos e qualidades na fotografia e na pintura. Ao território de "Entre Lousã e Zêzere" dedica o seu dia a dia.

É um daqueles homens que não consegue ver sem amar. E as imagens de João Viola sobre o território do LEADER/ELOZ não são mais do que um acto de amor. Que é um prazer partilhar.

F.B.





CICLO DO PÃO. PERCURSOS DE MÉRTOLA
SOUSA, Manuela e OLIVEIRA, Rosário;
Associação de Defesa do Património de Mértola, 2000

Com o apoio do Programa LEADER II / In Loco

Um pequeno folheto, muito bem ilustrado, apresenta o projecto Ciclo do Pão, iniciativa integrada no Ecomuseu do Guadiana e que contemplou "o levantamento das potencialidades turísticas do concelho ao nível do património natural/ambiental, cultural e histórico, das actividades tradicionais, do artesanato bem como de todo um conjunto de serviços e estruturas de apoio à actividade turística". Deste levantamento surgiram cinco percursos temáticos, entre os quais o Ciclo do Pão, valorizado pela recuperação de um moinho de vento e pela concretização de um núcleo museológico de agricultura e moagem tradicional.

O folheto constitui-se como um guia de visita, disponível para quem se desloque a S. Sebastião dos Carros e a S. Miguel do Pinheiro, em Mértola.



MONOGRAFIA DE SANFINS DO DOURO
GRÁCIO, Joaquim; s.ed.; Sanfins do Douro, 1995

Com o apoio do Programa LEADER / Douro Histórico

Editada pela primeira vez em meados dos anos 80, conheceu segunda edição em 1990 e terceira em 1995, o que revela o interesse e entusiasmo com que foi encarada pelo público. Sanfins do Douro é uma povoação transmontana, sede da freguesia do mesmo nome, no concelho de Alijó. Em plena zona dos vinhedos do Douro, Sanfins ostenta o privilégio de ser a terra natal do Padre Manuel da Nóbrega, jesuíta que teve um papel essencial na colonização do Brasil, em pleno século XVI.

E é também a terra do escultor Maurício Penha que em 1989 constituiu, com os seus bem móveis e imóveis uma Fundação, responsável por uma Casa-Museu com papel relevante na vida cultural do concelho.

Feita por um homem da terra, esta monografia divulga informações importantes para a história da freguesia e constitui-se também como um acto de amor ao torrão natal de quem lhe deu corpo e para quantos, ligados a Sanfins e a Alijó têm oportunidade de a ler.



NA ROTA DO ALVARINHO. MELGAÇO
Câmara Municipal de Melgaço; s.d.

Com o apoio do Programa LEADER II / Adriminho

Vangloriando-se de "o melhor entre os melhores" o Alvarinho é a referência de uma casta de vinho verde que, mercê de um micro-clima especial das encostas do Minho, produz um vinho cheio de "arte e vida", marcado por cinco SS (Solo, Sol, Sofrimento, Sabedoria e Sossego).

Folheto com encarte, muito bem ilustrado, esta obra apoia a divulgação do Solar do Alvarinho e a "Rota do Alvarinho", com informação sobre a produção do vinho, as suas características específicas e os conselhos para o seu consumo.

No encarte, são divulgados as marcas produtoras e respectivas adegas que aderiram ao projecto Rota do Alvarinho. Um documento útil e de prestígio sobre um dos grandes valores do paladar português.



ROTEIRO TURÍSTICO DE SEIA. SERRA DA ESTRELA
Escola Profissional da Serra da Estrela, 1998

Com o apoio do Programa LEADER II / Aduze

Folheto profusamente ilustrado que convida a "olhar Portugal do alto, visitando o concelho de Seia, localizado na Serra da Estrela".

Produzindo informação sobre a história do concelho, uma súpula descritiva das suas freguesias, com elementos etnográficos e patrimoniais, abordagem ao artesanato e gastronomia e fauna e flora, divulga ainda três itinerários pedestres e um equestre, bem como diversas informações de utilidade para os visitantes.

Documento de síntese elaborado com a finalidade de apoiar o visitante, é por si só um elemento motivador à descoberta deste recanto da Serra da Estrela.

www.forumsocialmundial.org.br



Para que não teve oportunidade de participar no Fórum Social Mundial (FMS) de 2002, que decorreu em Porto Alegre – Brasil, entre 31 de Janeiro e 5 de Fevereiro, este é um site onde pode encontrar informação referente a este evento. A página inicial está organizada de forma a que o acesso a essa informação seja facilitada. Além de uma lista consulta com os títulos mais importantes a página inicial apresenta ainda um conjunto de janelas de ligação para os principais temas que se encontram em permanente actualização, sendo a última de 2 de Março de 2002.

Este é o site oficial Fórum Social Mundial e foi criado pelo comité organizador que o item "Quem somos?" permite conhecer. Além das entidades brasileiras é possível saber quais as instituições internacionais envolvidas, bem como a carta de princípios que surgiu do fórum de 2001 e toda a informação referente a sua origem.

Num conjunto muito vasto de informação destacam-se, pela sua actualidade, os títulos "conferências" e "oficinas" onde se encontram os primeiros documentos e as sínteses das actividades que decorreram em 2002. Para quem pretende participar noutros eventos de carácter semelhante o item "calendário" dá a conhecer os locais e datas importantes onde se realizam os mesmos.

Para possibilitar uma consulta mais alargada são disponibilizados links a outros sites importantes, criados por outras entidades, incluindo as governamentais, que se encontram ligadas ao FMS.

www.adersousa.pt



A Ader-Sousa – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras de Sousa tem na morada www.adersousa.pt o seu site oficial que permite conhecer esta associação de desenvolvimento local. Com a informação organizada em cinco grandes títulos facilmente se consegue aceder ao objectivo da pesquisa. Além dos dois primeiros títulos que dão a conhecer a associação em termos de historial de constituição, território, associados, etc., é dado destaque aos projectos desenvolvimento desenvolvidos a partir de alguns importantes programas de apoio.

Pela importância da iniciativa comunitária LEADER no desempenho desta associação foi reservado um dos títulos, organizado em temas que correspondem às áreas de intervenção da Ader-Sousa na sua zona de intervenção, permitindo conhecer os projectos apoiados.

Além das boas imagens do território, que tornam a pesquisa mais agradável, recomenda-se que esta seja feita com apolo áudio o que torna a navegação mais agradável.

www.attambur.com



Este site marca a presença do grupo At-Tambur na internet. Este grupo de músicos explora de forma inovadora a "fusão entre várias sensibilidades culturais" com base na expressão musical própria de cada cultura. O resultado é o reinventar de novas sonoridades recorrendo a instrumentos musicais tradicionais europeus.

Com o projecto At-tambur.com – Músicas do Mundo, este grupo musical criou um espaço de divulgação da cultura tradicional, tanto portuguesa como internacional, ligada à música e à dança. Este é um projecto independente e sem fins lucrativos que faz a recolha e publicação de notícias, textos eventos relacionados com a musica tradicional.

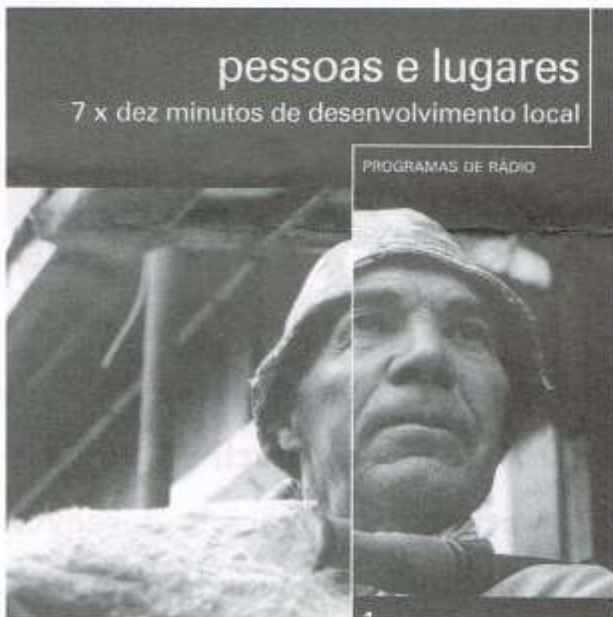
Com actualização diária a organização da informação disponível encontra-se ajustada ao tipo de pesquisa. Como exemplo, para quem pretende conhecer os principais eventos ligados à música e dança tradicionais os itens "notícias", "danças" e "agenda" fornecem datas, locais e pequenos resumos daquilo que actualmente acontece. Para quem pretende outras informações, nomeadamente na área dos instrumentos e grupos musicais, ou uma panorâmica da distribuição regional da nosso património musical, o item "recolhas" completa a informação escrita com os respectivos exemplos musicais. Mais um site onde o sistema áudio se torna essencial.

O projecto "Programas de Rádio" teve desde a primeira hora o objectivo de valorizar e evidenciar os valores do Mundo Rural, envolver as rádios na difusão de informação e de reflexão sobre o desenvolvimento local em meio rural, apoiar os Grupos LEADER e dar visibilidade a este programa. Objectivos que abraçámos logo à partida.



*Pessoas e Lugares
dez minutos de desenvolvimento local*

Programas de rádio



Mas desde o princípio compreendemos estar perante um mundo de dificuldades. Como fazer um conjunto de programas de rádio que satisfizessem simultaneamente 48 Grupos LEADER e dezenas de rádios regionais? Associações com territórios distintos, abordagens diferenciadas, estratégias variadas, e rádios com programações e públicos tão diversificados. Como conseguir que uma reportagem realizada numa região tivesse interesse nas outras? Quando sabemos da especificidade de cada região. Como garantir a periodicidade exigida pelas rádios? Quando a nossa estrutura de produção não conseguia assegurar uma produtividade tão profícua quanto a necessidade das rádios.

Ao mesmo tempo, as rádios que contactámos com o apoio de vários Grupos LEADER mostraram-se quase sempre bastante reticentes em relação ao projecto, manifestando muitas dúvidas quanto ao interesse de temas distantes junto dos seus públicos, e reflectindo um sério receio no carácter publicitário que poderiam adquirir os nossos trabalhos.

Desde modo, tornou-se imprescindível a aplicação de inquéritos que pudessem aquilatar dos interesses e necessidades das rádios contactadas pelos Grupos LEADER. Assim, todo o formato, duração e temáticas das "peças" radiofónicas, procuraram ir de encontro aos desejos manifestados nas respostas a esses inquéritos por nós enviados.

É assim, que no final de 2001 surgiu o conjunto de três CDs apelidados de "Pessoas e Lugares - dez minutos de desenvolvimento local", que disponibilizam um conjunto de 21 "peças" radiofónicas repartidas em conjuntos de sete por CD.

Nestas "peças" não se trata o desenvolvimento local no sentido teórico. Procura-se desenhar retratos de pessoas, experiências e tradições. Os exemplos de determinação em contrariar a lógica da desertificação rural vividos quase sempre na primeira pessoa. Seja a reabilitação ou apoio de uma tradição cultural, seja um centro comunitário, um projecto turístico ou agrícola, uma iniciativa de formação para adultos, ou o associativismo... A ideia foi sempre debater estes temas de modo a que independentemente do local

onde foi realizado o trabalho, possa haver uma compreensão e identificação por parte dos ouvintes de outras latitudes.

A duração dos programas de cerca de nove minutos, resulta do facto de ter sido essa a duração apontada pela maioria das rádios que nos responderam. Trata-se de um tipo de "peça" que é facilmente colocada em qualquer espaço de programação, quer de forma independente, quer de forma integrada num programa da própria rádio (e que até pode ser feito em colaboração com os Grupos LEADER), e que dada a sua reduzida duração pode ser utilizada várias vezes no mesmo dia, num registo que pode ser diário, semanal ou quinzenal.

Por sua vez, a conversão ao formato CD obedece a uma série de exigências. Tentou-se corresponder a uma necessidade de melhoria da qualidade do som apontada pelas rádios que responderam aos inquéritos enviados em conjunto com as cassetes de teste, e que apontaram a solução do CD como uma das mais convenientes. Ao mesmo tempo, com o conjunto de 21 "peças" disponibilizadas em simultâneo nos três CDs, tentamos corresponder à necessidade de periodicidade das rádios. Um conjunto de quatro ou cinco "peças" não permitia a elaboração de uma programação continuada, enquanto 21 "peças", à média de uma por semana, garantem uma programação de, pelo menos, meio ano.

Por fim, resta dizer que apesar de, na primeira fase, estas "peças" radiofónicas terem sido feitas para os Grupos LEADER, não devem nem podem ter neles o seu fim último. O objecto de uma "peça" radiofónica deve ser a rádio e necessariamente o público. Por isso, todo este trabalho que foi desenvolvido até aqui, beneficiará do apoio e colaboração dos Grupos LEADER, que poderão ter nestas "peças" um ponto de partida para uma profícua colaboração com rádios das suas zonas de intervenção. O projecto "Programas de Rádio" está assim ao serviço da imaginação dos Grupos LEADER e das rádios locais, para dele tirarem o máximo partido.

João Limão



Manuel Vargas – vigia baleeiro

Da caça à observação de baleias

Pupilas pregadas nos binóculos apontados ao horizonte, Manuel Vargas passa dias inteiros isolado na vigia dos Cedros ocupado na actividade de que mais gosta: vigia baleeiro. É que apesar do desaparecimento da caça, o desenvolvimento do "whale-watching" para fins turísticos reabriu a sua actividade favorita.

Todas as manhãs, um pouco antes das sete horas, Manuel Vargas chega à Vigia dos Cedros. Com a chave na mão direita abre a porta da vigia, enquanto com a outra segura debaixo do braço os binóculos de trabalho. A motorizada ficou estacionada numa clareira 30 metros mais abaixo. É que a partir daí o caminho é íngreme e ingrato.

Montado o equipamento, começa o trabalho de observação. Duas horas mais tarde, a Base Peter Zee, do Café Sport, recebe os primeiros turistas ansiosos por observar cachalotes, baleias, golfinhos ou outras espécies. Neste espaço de tempo, até à chegada dos visitantes, Manuel Vargas perscruta o horizonte com o objectivo de avisar a base de eventuais coordenadas de cetáceos e assim orientar os skippers das embarcações.

Os Cedros são um ponto estratégico para a observação de cachalotes, e Manuel Vargas chega a estar cinco horas colado aos visores dos binóculos, sempre na peugada destes cetáceos. Outras vezes, quando o outro vigia que trabalha com a empresa encontra cachalotes ao largo do Pico, fecha a vigia e vai para casa descansar a vista. Nes-

ses casos, após o almoço regressa mais cedo "para ficar a controlar". Depois, fica até que os barcos da tarde estejam de regresso a terra, em segurança.

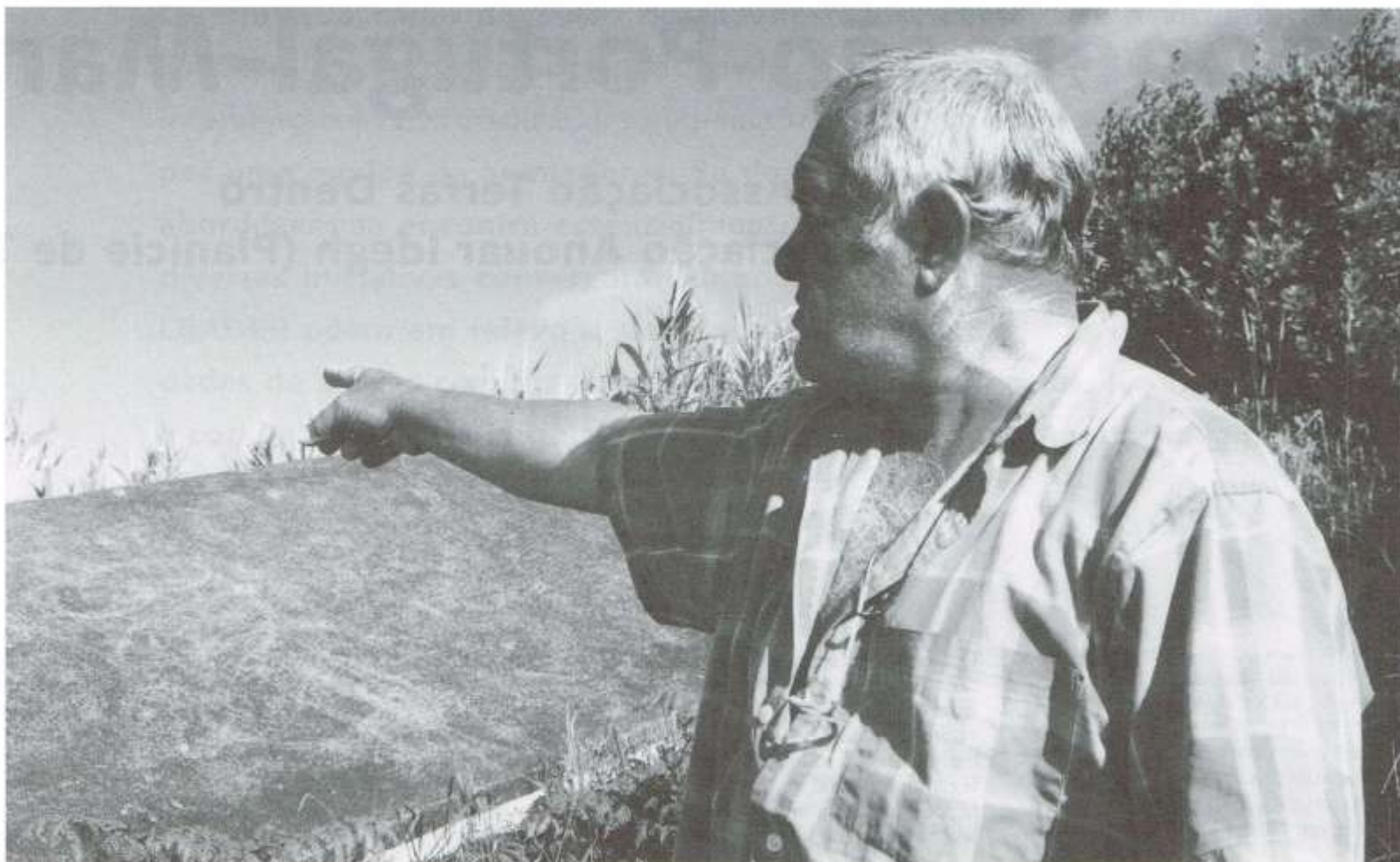
O trabalho é duro. "Agora é muito mais duro e exigente". Exige muita concentração. Primeiro, procura-se encontrar cachalotes e, enquanto os turistas estão no mar, tenta-se sempre descobrir outras espécies. "O nosso ideal é que se pudesse mostrar três ou quatro espécies a cada turista que vai numa viagem".

Nos tempos da caça ao cachalote não era assim. Era menos cansativo. "Só nos dedicávamos ao bufo do cachalote. Mesmo que vissemos outros bufos diferentes tirávamos logo o binóculo de cima, porque não era aquele que nos interessava". Num gesto solto, Manuel Vargas lança a mão esquerda aos olhos, que pressiona devagar. São muitas horas com as pupilas cravadas no oceano. Sempre à procura de uma linha, uma sombra ou movimento. O binóculo é mais sofisticado do que antes, mas isso não compensa o facto de faltarem outros vigias. "Estou só numa área que antigamente era batida por, pelo menos, três vigias".

Aprender com os mais velhos

Grande parte do trabalho é feito graças aos conhecimentos adquiridos. Isto de ser vigia tem a sua ciência. "Ainda hoje tive um cachalote que estava 12 minutos por cima e uma hora inteira por baixo. Quando está por baixo, temos de ver o que andou por cima e calcular pelo relógio. A baleia quando se baixa, se a gente não vir o rabo, o traço é mais pequeno, quando se inclina e mostra a cauda, mergulha mais profundo e sai mais perto".

Esses pormenores aprendeu-os quando era novo, com os vigias mais velhos. "Para a gente aprender coisas destas tem de se ir encostando sempre aos mais velhos". Com cerca de 15 anos, já a paixão pela caça baleeira o atraía na direcção da vigia dos Cedros. Sabia sempre quando havia baleias ao largo, e lá ia. Ficava horas na conversa com os vigias, quase todos antigos baleeiros. Escutava as narrativas da caça, e acompanhava com entusiasmo as peripécias do dia. "Tenho pena de não aparecer aí uma pessoa que quisesse aprender, porque eu ensinava de boa vontade, como me ensinaram, sem pagar nada por isso".



Manuel Vargas sente saudades desses tempos. A adrenalina era inconfundível. Com nostalgia recorda quando eram avistados cachalotes. O vigia telefonava e dava a informação sobre a localização dos cetáceos. Então, no porto de saída alguém lançava o foguete de aviso, que fazia com que todos se lançassem ao mar, com as gasolinas e botes. A partir daí a comunicação era feita via rádio. Quando os rádios mais antigos avariavam, utilizavam-se lençóis brancos ou fogo.

A baleação representava o sustento de inúmeras famílias nas ilhas açoreanas. "Era uma questão de sobrevivência", refere Manuel Vargas. Só no Grupo Central existiam quatro fábricas, e canoas de que nem se sabe bem o número. "Quando era pequeno, lembro-me de ver ali no Porto Comprido, antes do vulcão, 22 botes". Até companhias do Cais do Pico, estacionavam durante o verão na zona de Porto Comprido e no Porto de Castelo Branco.

Até que a baleação começou a entrar em declínio. A quebra dos preços do óleo de cachalote baixou os valores das soldadas, o que levou a que muitos marheiros e maquinistas se dedicassem à pesca do atum, mais lucrativa, devido ao surgimento da indústria das conservas. Por outro lado, a emigração também contribuiu para um mais rápido declínio da actividade.

Proibição da caça ao cachalote

Se nas embarcações ia desaparecendo a tripulação, em terra o mesmo aconteceu com os vigias. "Tornei-me vigia na falta do vigia que estava aqui. Isto tinha quatro vigias, depois ficaram dois, e por fim só um". Quando o último partiu para os Estados Unidos, Manuel Vargas ficou no seu lugar. Só nos fins de semana, porque o trabalho nas camionetas a isso obrigava, ou então durante as férias da empresa, estrategicamente tiradas no mês de Julho, "que nesta zona é o melhor mês para a observação de baleias".

Instalada a crise, o declínio foi rápido e acentuado. Quando em 1984 foi proibida a caça ao cachalote, a actividade estava já moribunda. Por essa altura já a fábrica do Faial estava fechada, e antes apenas um bote andava na caça. Apesar de reconhecer que a caça ao cachalote "morreu por si" antes mesmo da proibição, Manuel Vargas continua a não concordar com o impedimento. "Isto mexe ainda com o meu sangue e acho que devia continuar."

Por tudo isto, hoje os tempos são outros. Terminada a caça ao cachalote, a observação de cetáceos surge como natural continuação. Um universo de 23 espécies de cetáceos confirmadas no arquipélago dos Açores é o necessário susten-

táculo para a actividade. De todas, por razões de ordem cultural, o cachalote (*Physeter Macrocephalus*) é o mais procurado, assumindo-se como um recurso natural com valor económico.

Esta perspectiva de proveitos turísticos e económicos a partir da riqueza do património ambiental leva a que, até ao momento, 28 empresas estejam licenciadas no Arquipélago dos Açores, das quais 18 se encontram sediadas nas ilhas do Pico ou Faial. A proliferação de todos estes empreendimentos turístico-comerciais são, para já, o garante da continuidade dos vigias baleeiros, uma actividade da qual Manuel Vargas é um dos últimos legítimos representantes.

Assim, todos os anos, entre Junho e Setembro, diariamente centenas de pessoas cruzam o oceano em pequenas embarcações de recreio, de fibra e semi-rígidos, na perspectiva de descobrirem alguns exemplares desta espécie e conseguirem algum registo. A caça hoje já não se faz com o arpão, mas sim com máquinas fotográficas e de filmar.

João Limão

Cooperação Portugal-Marrocos

entre a Associação Terras Dentro e a Associação Anouar Idegh (Planície de Tiznit)

O apoio à agricultura e o controlo dos mercados, segundo uma visão sectorial produtivista (primeira versão da PAC na Europa; valorização dos perímetros irrigados em Marrocos), não se tem revelado uma estratégia apropriada às especificidades das regiões rurais com fraca produtividade, quer seja na Europa ou no Norte da África:

- Na Europa, o balanço sobre as limitações deste modelo resultou na reforma da PAC, tomando em conta a dimensão multiusos dos territórios rurais. A iniciativa comunitária LEADER iniciada em 1991 pela Comissão Europeia institucionaliza essa abordagem inovadora.

- Em Marrocos a necessidade de reforçar as potencialidades dos territórios rurais não irrigados traduziu-se pela elaboração do "Programa de valorização das zonas Bour (PMVB)".

Esta semelhança dos problemas levou a última Conferência dos Ministros da Agricultura dos Países da Bacia Mediterrânea Membros do CIHEAM¹, subordinada ao tema do Desenvolvimento Rural Sustentável, a avançar com a proposta de um programa experimental, versão "LEADER Mediterrâneo". Essa proposta vai ao encontro dos textos da Comissão Europeia que dizem respeito ao LEADER+ e fazem referência à possibilidade das Associações de Desenvolvimento Local estenderem a cooperação transnacional, desenvolvida durante o LEADER II, aos países fora da União Europeia. Da mesma maneira, em Marrocos, a Estratégia 2020 de Desenvolvimento Sustentável destaca também a cooperação como um instrumento ao serviço dos actores no terreno.

Abre-se assim um novo horizonte para a cooperação entre entidades locais encarregadas da animação do desenvolvimento, susceptíveis de trocar experiências, e de levar a cabo acções colectivas implicando actores locais (economia, cultura, animação...). E, numa segunda fase, poder-se-á até pensar na constituição de uma rede LEADER no seio dos espaços regionais alargados (Magreb, África subsariana, ilhas,...), assim como, no despertar de uma cooperação Sul / Sul.

Neste contexto foi concebida uma cooperação entre a Associação Terras Dentro e a Associação Anouar Idegh, que tem por objectivo a implementação de um processo comum de desenvolvimento sustentável dos dois lados do Mediterrâneo.

De parte a parte, o saber-fazer local de uma agricultura antiga, permite a redução dos riscos, através de uma associação forte entre zonas irri-

gadas e de sequeiro, assim como, entre a utilização do estrume e a produção forrageira.

Duas regiões rurais com problemas similares

Nas duas pequenas regiões em questão (Terras do Cante, Alentejo e a região de Reggada / Oujane na província de Tiznit) a água é fonte do maior constrangimento, com um risco de desertificação.

No Alentejo, a baixa peneplanície é atravessada por dois rios: o Sado e o Guadiana, recursos importantes em época de seca estival.

A província de Tiznit, situada no sul de Agadir, no eixo histórico da via das caravanas, é uma verdadeira ponte entre as planícies férteis do Norte e da África sariana, e apresenta uma grande diversidade de relevo, dos últimos contrafortes do Anti-Atlas até à Costa Atlântica. Nessa região semi-árida, sucedem-se, às vezes, muitos anos de seca, com um efeito acentuado pelo vento quente do Sara: o chergui. A montanha está próxima, é uma barreira natural contra o avanço da desertificação e assegura o reabastecimento das camadas freáticas que alimentam as fontes. Os douars (aldeias) da planície encontram-se geralmente em redor desses raros pontos de água.

Nesses territórios, as terras de sequeiro (designadas bour em Marrocos) estão no centro do sistema agro-silvo-pastoril dominante, baseado na oliveira, no sobreiro e na azinheira (Alentejo); no arganier² e na oliveira (Souss, Tiznit), a rotação cereais / leguminosas e a pastorícia extensiva para a alimentação dos rebanhos de ovelhas, cabras (e porcos no Alentejo, camelos no Sul marroquino).

Em termos de dinâmica local, nos dois casos, a grande dependência das economias familiares em relação às produções agrícolas favoreceu a busca de rendimentos externos. Os jovens activos sentem-se atraídos pelo exterior³. Devido aos constrangimentos do meio agro-ambiental (seca, limite de produtividade do sistema) e social (operários agrícolas sem terra), as alternativas são a pluriactividade no seio das unidades familiares (actividades sazonais), o êxodo rural para as cidades mais próximas (Évora, Lisboa, Tiznit, Agadir) e a emigração. Estes fenómenos modificaram os modelos e níveis de consumo: o rural tende a modelar-se a partir do urbano e do exterior. Contudo, estas zonas têm potencialidades, de acordo com as suas características: saber-fazer cultural ligado aos

costumes diferenciados do meio, produtos locais de qualidade, identidade forte (laços com os emigrantes)...

Que levaram a um dinâmica associativa local...

Face aos constrangimentos e na sequência das oportunidades de apoio externo, os actores locais, particularmente motivados pela busca de alternativas para o seu meio organizaram-se em associações.

A Associação Terras Dentro nasce em 1991, na sequência de um estudo⁴ efectuado na aldeia de Alcáçovas e agarra a oportunidade LEADER para alargar o seu terreno e a sua zona intervenção. O grupo gere vários projectos que se inscrevem na estratégia global, identificada para a zona de intervenção. Os projectos, de cariz ambiental, social, cultural ou económica, alimentam-se uns aos outros, porque são geridos numa lógica territorial, servida por uma equipa pluridisciplinar.

A Associação Anouar Idegh também nasce de uma dinâmica micro-local, à volta do douar de Idegh (a 13 km a Sudeste de Tiznit), caracterizado pela sua aridez:

- nas parcelas irrigadas dispersas, o sistema tradicional de produção permite às famílias subsistirem às necessidades em legumes, azeite e luzerna, e até, num ano favorável, de comercializarem os excedentes;

- os terrenos bour, que se estendem à volta da Comunidade⁵, estão destinados, essencialmente, ao cultivo de cereais, mas com fraca produtividade;

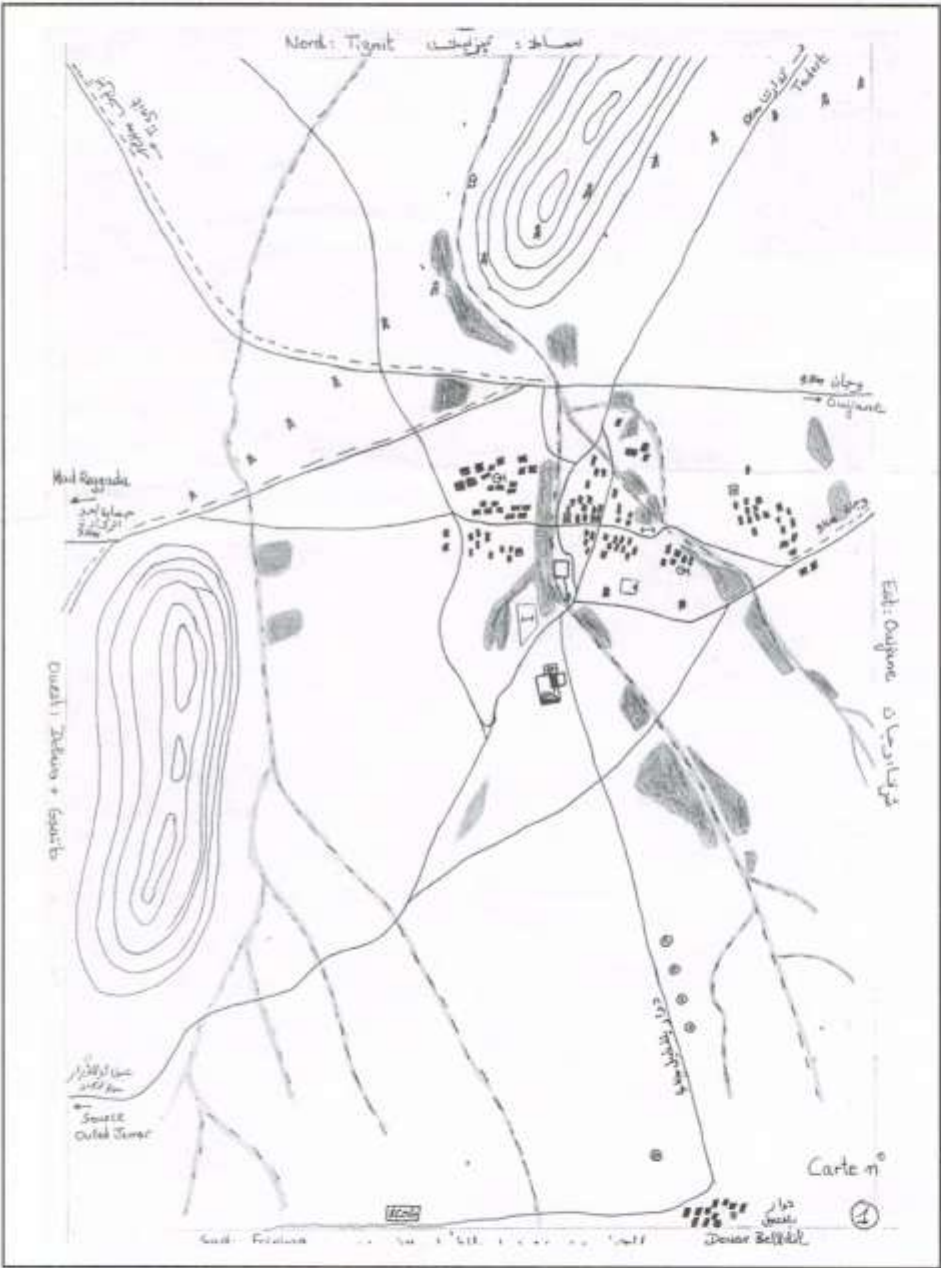
- os pastos estão degradados, (antigos campos de arganier)

A história do douar incentivou a população a organizar-se para garantir a sua segurança⁶, e depois para criar condições favoráveis à transmissão do património local às jovens gerações.

Nos anos 40, o douar contava com mais de 400 lares agrícolas. Entretanto, mais de metade dos chefes de família⁷ emigrou para as cidades, para instalar pequenos comércio e, hoje, apenas subsistem 170 agregados familiares na aldeia.

A Associação Anouar foi criada em 1993 por um equipa de jovens professores da aldeia, com o objectivo de reabilitar o douar, através de actividades educativas, culturais e desportivas. O PMVB de Reggada⁸ favoreceu a criação da Associação de Utilizadores de Águas Agrícolas Al Khair, a partir da estrutura tradicional responsável pela gestão da água. A fusão, em 2000, das duas asso-

De um lado como do outro do Mediterrâneo, começa-se a vislumbrar uma vontade, ancorada na sociedade civil, de cooperação entre associações cuja intervenção é territorializada, multi-sectorial e gerida por actores locais, apoiados por uma equipa de animadores. Se deste lado do Mediterrâneo, este tipo de abordagem se encontra essencialmente no programa LEADER, do lado de lá, diversas iniciativas convergem. Ao cooperar com estas iniciativas, os grupos LEADER põem em relevo a similitude dos problemas e as múltiplas possibilidades de acções comuns e transferências de experiências. Assim o demonstra a cooperação agora iniciada entre a Terras Dentro e a Anouar Idegh.



ciacões reforça o aspecto integrado "Agricultura e Desenvolvimento". Desde a sua criação, a Associação tenta criar alternativas ao êxodo rural, sobretudo dos homens, respondendo às necessidades essenciais (distribuição de água potável, electricidade, melhoria da rede rodoviária, utilização alargada do espaço escolar para a alfabetização, apoio escolar, oficinas de teatro, música,... arranjo dos campos de futebol,...) e apoiando a diversificação dos rendimentos familiares (agricolas: plantar oli-

veiras, melhorar as infra-estruturas hidro-agricolas; e não agricolas: unidade feminina de tecelagem, cooperativa feminina de produção de coelhos). Esta experiência permitiu aos membros da associação reforçar progressivamente a capacidade local de auto-análise e de mobilização em torno de um projecto colectivo e de animação sociocultural. A cooperação com Terras Dentro poderia permitir reforçar estas competências e estendê-las à pequena região limítrofe para acções de maior escala.

Com diferenças e semelhanças ...

— por um lado, diferenças geográficas, culturais (taxa de alfabetização e de escolarização; língua, religião, locais de convívio,...), económicas (peso do rural na demografia nacional; integração de Portugal na União Europeia; estado de consolidação das infra-estruturas básicas — água potável, electricidade, redes de transporte e comunicações); o lugar da agricultura familiar no rural, lugar do rural e dos apoios públicos na sociedade nacional (tipo de beneficiários: colectividade em Marrocos e portadores de projecto diversos em Portugal).

— mas por outro lado, semelhanças: nos agro-ecossistemas mediterrâneos (forte constrangimento hídrico; importância da oliveira; produtos locais de qualidade); na emigração como complemento dos rendimentos para os operários agrícolas ou a agricultura familiar em dificuldade; lugar do rural na pequena região (fortes laços rurais / urbanos (cidadãos do país ou do estrangeiro)); e sobretudo: uma necessidade comum de dar coerência às intervenções e de dinamizar o desenvolvimento local através de uma estrutura de animação do tipo «Associação de Desenvolvimento Local Sustentável».

E, desde o ano 2000, num programa de cooperação.

O projecto de cooperação tem origem num protocolo assinado em 2000 entre os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Rural marroquino e português, que previa a implementação de trocas entre actores de zonas rurais (por identificar) dos dois países. Concretamente, as relações estabelecidas entre os ministérios e as direcções das duas associações Terras Dentro e Anouar Idegh desde 1999, permitiram construir as bases de um programa de cooperação entre as duas zonas. Esse projecto supõe uma monta-

gem institucional sólida, implicando duas associações locais, apoiadas por uma instituição em cada país (INDE / Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II e o Instituto Agronómico e Veterinário Hassan II de Marrocos) e as estruturas intermediárias dos dois ministérios (Comissão Nacional de Gestão LEADER e a Direcção dos Assuntos Fundiários de Marrocos).

A parceria vertical proposta permite organizar trocas entre actores locais, em torno de temas cruciais presentes nas duas estratégias locais de desenvolvimento, completados por uma reflexão colectiva sobre o desenvolvimento sustentável. As semelhanças e complementaridades entre os dois territórios seriam valorizadas pela concepção, e a seguir pela realização de projectos comuns em torno de temas, tais como a agricultura e a silvicultura mediterrânea, os produtos de qualidade, as novas formas de entrada nos mercados (NTCI, manifestações culturais, turismo rural,...), as energias renováveis, a irrigação localizada, os intercâmbios de jovens...

Esta cooperação seria um instrumento valioso para dinamizar uma estruturação progressiva, partindo das associações micro-locais de douars, de uma equipa encarregada do acompanhamento de uma estratégia alargada a uma pequena região no seio da Província de Tiznit.

Na fase de concepção deste projecto foi possível confirmar o forte interesse dos actores locais mais dinâmicos por um novo tipo de relação Norte / Sul. A metodologia empregue permitiu encarar a passagem da teoria para a prática dos princípios fundamentais da Agenda 21.

Nabil Hasnaoui Amri

1 Centro Internacional de Estudos Superiores Mediterrâneos de Agronomia
2 *argania spinosa* (L.) Skeels (Sapotaceae): essência florestal endémica localizada essencialmente na planície Sudoeste marroquina; árvore florestal, frutífera e forrageira
3 Na província de Tiznit, a população urbana passou de 7,4% em 1990 para 35% em 1994. No Alentejo Centro, o êxodo rural é mais antigo (20 a 30 anos): resultou no abandono progressivo do espaço rural pelos jovens activos, acentuando assim o envelhecimento relativo da população.
4 Encomendado pela autarquia.
5 80% da SAU da província de Tiznit é um *bouir*.
6 Uma muralha foi construída à volta do douar para repelir os ataques das tribos vizinhas.
7 Mão de obra masculina (sistema social patrilinear).
8 Do nome da vila de Souk el Had er Reggada, a 7 km de Idegh.
9 Em Portugal, estatuto reconhecido e «abordagem qualidade dos serviços de animação local», a consolidar durante o LEADER+; estatuto a construir em Marrocos.

"Maior do que o artista"



Aurum.

Metal precioso. Metal perfeito. Luz mineral. Luz celeste. Perfeição absoluta. Carne dos Deuses. Carne do Sol. Sol. Ouro.

Alguns no Centro do país, em Vilamar, concelho de Cantanhede, distrito de Coimbra, Manuel Miranda dos Santos tinha 14 anos quando decidiu deixar os bancos da escola, para os bancos de uma oficina. A matéria prima era igualmente nobre, mas mais concreta. Trocar o saber pelo ouro, parecia ser, a médio prazo, uma aposta num futuro mais seguro. Na altura, os homens que trabalhavam o ouro viam-se também beneficiados pela sua aura económica e social. O caminho a seguir, feito de prosperidade e de respeito, era o deles. Manuel Miranda dos Santos tem 34 anos, uma oficina, seis empregados e 20 anos de experiência.

É ourives e "mais nada sabe fazer": a não ser ensinar a sua arte e o seu ofício; a não ser, gerir uma pequena empresa em expansão; a não ser empreender tudo para que a sua terra mantenha e desenvolva uma tradição à altura dos grandes centros da ourivesaria como Porto e Gondomar. Apoiou muitas pessoas, hoje bem instaladas no negócio. Enquanto pioneiro de uma jovem geração de ourives-fabricantes, ensinou o caminho aos mais novos para que eles se estabelecessem por conta própria. À medida que o grupo foi crescendo, consolidou-se a vontade de colaborar uns com os outros. A confiança dos artesãos está toda inteira nas mãos do mesmo homem. Manuel dos Santos quer "dar brilho ao ramo", criando um centro de fabricantes, e porque não, uma associação. "Isto é uma aldeia, nós conhecemo-nos todos uns aos outros. É necessário haver sinceridade para não entrarmos em discórdias. Se formos mais unidos, conseguiremos coisas que hoje não temos."

Manuel Miranda dos Santos tem ambições. A sua oficina vai ser transferida para

um espaço mais amplo, onde, a longo prazo, poderão vir a trabalhar cerca de vinte pessoas. "O projecto desta empresa é chegar o mais longe possível, daí as novas instalações, para termos condições para progredir." Hoje, trabalham cerca de uma dúzia de ourives nesta zona. Dantes eram quatro a cinco vezes mais. As encomendas foram escasseando, e os artesãos subiram para o Norte. "Reza a história que de Vilamar saiu o primeiro ourives ambulante."

O ciclo do ouro

No seu estado puro o ouro é muito mole, daí a liga, ou seja, a associação do metal nobre a outros metais. Para garantir uma maior resistência e durabilidade ao material, junta-se-lhe prata e cobre por exemplo. Esta operação determina a cor do ouro. A variação é função da proporção dos metais utilizados. Assim, com mais cobre e menos prata, obtém-se um tom mais rosado. É também nessa altura que se intervém no grau de pureza do ouro. Em termos técnicos chama-se a isto o toque, e refere-se à quantidade de ouro fino presente no ouro. Tradicionalmente, o ouro português é de qualidade. A qualidade tem duas escalas de medida: ora fala-se em permilagem, ora fala-se em quilates. Ouro bom era ouro obrigatório com 800 ‰ (permilagem). E isso equivale também a um total de 24 k (quilates). Entretanto, um novo regulamento das Contrastarias veio abrir a porta ao ouro com menos ouro (ou seja, com 18, 14 ou 9 quilates, com respectivamente, 75%, 58,5% e 37,5% de ouro). Antes de chegar ao mercado, toda a peça de ourivesaria passa, obrigatoriamente, por uma Contrastaria, onde o ouro é avaliado e onde lhe é atribuído um

selo de qualidade: a punção. A nível nacional, a punção, garantia de qualidade, deve representar a cabeça de um veado e o número 800. Ao lado desse quadradinho minúsculo, encontra-se outra punção que, por sua vez, revela a marca do fabricante.

Precioso soa a precisão

Todo o ouro é fundido a 1040 graus, nem mais, senão ferve, nem menos, senão não derrete. A técnica da cera perdida é aplicada a esta fundição. Primeiro, o modelo de uma "árvore" em cera, onde são soldados moldes também em cera, é encerrado num cilindro que se enche com gesso. Depois do gesso seco, o cilindro vai ao forno. O molde é cozido, a cera derrete-se, deixando espaços vazios. O forno mantém-se aceso, até todas as humidades secarem. Procede-se então à fundição e à injeção do ouro, que virá, no fundo, preencher os espaços deixados livres pela cera. Na parte final, o gesso desfaz-se com água, liberta-se o cilindro e a árvore dourada fica despida de resíduos. Quanto aos frutos: colhem-se, cortam-se, laminam-se, limam-se, lixam-se... Acabados, polidos e com o brilho puxado juntam-se uns raios de Sol a mais uma colheita cintilante da manufactura do pequeno mestre de Ouro.

Manuel dos Santos, tal como tantos outros artesãos, tem um incondicional e exclusivo respeito pela matéria prima da sua arte. Sucumbiu ao seu feitiço ainda era adolescente e nunca mais quis trabalhar outro metal. Gosta da perfeição do ouro e faz prova da sua abnegação quando proclama que "o ouro é maior do que o artista".

Texto e fotos de Maria do Rosário Aranha

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede

Portuguesa LEADER II

Propriedade:

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Administração e Redacção:

INDE/Célula de Animação da Rede

Portuguesa LEADER II

Rua Marquesa de Alorna, nº 34 - 2º Esq.

1700-304 LISBOA

Tel. 21.8446595 | Fax: 21.8446623

Email: caleader@inde.pt

Site: <http://caleader.inde.pt>

Mensário

Director: Samuel Thirion

Editor: Camilo Mortágua

Chefe de Redacção:

Francisco Botelho

Editor Gráfico: Ana Alvim / Isto É

Redacção: Helena Santos, João Limão,

Paula Matos dos Santos; Rosário Aranha

Colaboraram neste número:

Ana Souto, João carvalho Rosa, Luís

Alvarez, Nabil Amri

Paginação e pré-impressão:

Isto é, comunicação visual, lda

Rua de Serralves, 693-697

Apartado 1503

4107-001 PORTO

Tel.: 22 616 65 70 | Fax: 22 616 65 79

e-mail: isto-e@esoterica.pt

Impressão: Tipografia Silvas, CRL

Rua D. Pedro V, 122 - 1º E

1250-094 LISBOA

Número de exemplares: 4.000

Depósito Legal nº 142 507/99

Registo ICS nº 123 607



Comissão Europeia

Programa LEADER II